



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

1. Apreciação e votação das **atas n.º 109, 110 e 111** referentes às reuniões dos dias 06 e 07 de abril.
2. Apreciação e votação do **Parecer** referente ao **Projeto Lei n.º 172/XIV/2 (PCP)** — “Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)”.
3. Baixou à Comissão na fase de especialidade o **Projeto de Lei 712/XIV/1 (PCP)** – “Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19”.
4. Apreciação e votação na fase de especialidade do **Projeto de Lei n.º 712/XIV/2 (PCP)** – “Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19”.
5. Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1124 XIV/2ª (PS)** – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”.
6. Apreciação e votação da informação relativa ao **Projeto de Resolução n.º 1124 XIV/2ª (PS)** – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

7. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 776/XIV/2ª (PEV)** – “Estabelece as condições de proibição de acampamento e estacionamento de veículo (alteração do artigo 50.º-A do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio e republicado, em anexo à Lei 72/2013, de 3 de setembro)”.
8. Baixaram à Comissão os seguintes **Projetos de Resolução**:
 - **N.º 1173/XIV/2ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo a execução, com urgência, do troço do IC8, entre Pombal e Avelar (Ansião), e a cabimentação dos necessários recursos financeiros”
 - **N.º 1183/XIV/2ª (PCP)** – “Desenvolvimento do Aparelho Produtivo Nacional – Incorporação Nacional na produção de Material Circulante Ferroviário”
9. Distribuição e nomeação de relator para **elaboração do relatório sobre o documento «Portugal na União Europeia – 2020»**.
10. Outros Assuntos

-
1. Apreciação e votação das **atas n.º 109, 110 e 111** referentes às reuniões dos dias 06 e 07 de abril.

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação as atas n.os 109, 110 e 111/XIV/2.ª, relativas às reuniões de 06 e 07 de abril de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do PEV.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

2. Apreciação e votação do **Parecer** referente ao **Projeto Lei n.º 172/XIV/2 (PCP)** — “Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)”.

A Senhora Deputada Márcia Passos (PSD), apresentou, nos seus termos, o Parecer que, na qualidade de Relator, elaborara sobre o Projeto Lei n.º 172/XIV/2 (PCP) — “Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)”.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão colocou o Parecer elaborado sobre o Projeto Lei n.º 172/XIV/2 (PCP) — “Modernização do regime de atividade do sector do Táxi (9.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto)”, à votação, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PAN e do PEV.

3. Baixou à Comissão na fase de especialidade o **Projeto de Lei 712/XIV/1 (PCP)** – “Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19”.

O Sr. Vice-Presidente informou que baixou à Comissão na fase de especialidade o Projeto de Lei 712/XIV/1 (PCP) – “Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19”.

4. Apreciação e votação na fase de especialidade do **Projeto de Lei n.º 712/XIV/2 (PCP)** – “Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19”.

Este ponto foi adiado a pedido do GP PSD para a próxima reunião.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

5. Baixou à Comissão o **Projeto de Resolução n.º 1124/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”.

O Sr. Vice-Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1124/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”.

6. Apreciação e votação da informação relativa ao **Projeto de Resolução n.º 1124/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”.

De seguida, foi dada a palavra aos diferentes GP para apreciação da informação relativa à discussão anteriormente ocorrida referente ao Projeto de Resolução n.º 1124/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que dê continuidade ao apoio à produção cultural e à criação artística como instrumento de desenvolvimento económico e de diferenciação turística do Algarve”. Não havendo inscrições, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do PEV.

7. Baixou à Comissão o **Projeto de Lei n.º 776/XIV/2.ª (PEV)** – “Estabelece as condições de proibição de acampamento e estacionamento de veículo (alteração do artigo 50.º-A do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio e republicado, em anexo à Lei 72/2013, de 3 de setembro)”.

O Sr. Vice-Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 776/XIV/2.ª (PEV) – “Estabelece as condições de proibição de acampamento e estacionamento de veículo (alteração do artigo 50.º-A do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio e republicado, em anexo à Lei 72/2013, de 3 de setembro)” e que a nomeação de Deputado Relator cabe ao GP PSD, igualmente comunicou que o



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

Parecer a elaborar será conjunto com os P JL n.os 770/XIV/2.ª (PCP) e com o 784/XIV/2.ª (BE). O Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) informou que, posteriormente, seria dada a indicação da nomeação do Deputado Relator.

8. Baixaram à Comissão os seguintes **Projetos de Resolução**:

- **N.º 1173/XIV/2.ª (CDS-PP)** – “Recomenda ao Governo a execução, com urgência, do troço do IC8, entre Pombal e Avelar (Ansião), e a cabimentação dos necessários recursos financeiros”
- **N.º 1183/XIV/2.ª (PCP)** – “Desenvolvimento do Aparelho Produtivo Nacional – Incorporação Nacional na produção de Material Circulante Ferroviário”

O Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão os Projetos de Resolução *supra* melhor identificados.

9. Distribuição e nomeação de relator para **elaboração do relatório sobre o documento «Portugal na União Europeia – 2020».**

O Sr. Vice-Presidente deu conta da necessidade de elaboração do relatório sobre o documento «Portugal na União Europeia – 2020», até ao dia 30 de abril, cabendo ao PSD a nomeação de relator, tendo o Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) informado de que, posteriormente, seria dada essa indicação.

10. Outros Assuntos

O Sr. Vice-Presidente colocou à consideração, havendo consenso, a apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para “Audição, com carácter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018.”

De imediato, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Isabel Pires (BE) que apresentou, nos seus termos, o requerimento para “audição, com carácter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018.”, também deu indicação que seria adequado proceder ao convite à participação da Comissão de Trabalho e Segurança Social referente à audição da Autoridade para as Condições do Trabalho.

O Senhor Vice-Presidente colocou o requerimento discutido à votação nos termos apresentados, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP, do PAN e do PEV.

O Senhor Vice-Presidente informou que igualmente baixou à Comissão o Projeto de Lei nº 784/XIV/2.ª (BE) – “Revogação do conceito de pernoita e clarificação do estacionamento no Código da Estrada (alteração dos artigos 48.º e 50.º-a do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio)”, em conexão com a 11ª Comissão, que a nomeação de Deputado Relator cabe ao GP PSD, igualmente comunicou que o Parecer a elaborar será conjunto com os PJJ n.os 776/XIV/2.ª (PEV) e 770/XIV/2.ª (PCP). O Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) reiterou que, posteriormente, seria dada a indicação da nomeação do Deputado Relator.

O Senhor Vice-Presidente informou que baixaram à Comissão iniciativas legislativas arrastadas para Plenário com a [Petição n.º 27/XIV/1.ª](#) - Juntos pelo alojamento local, com agendamento definido para o dia 22 de abril, e que dado o curto espaço temporal não seriam distribuídas para elaboração de parecer, designadamente:

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

- Projeto de Lei n.º 785/XIV/2.ª (IL) – “Altera o regime de autorização de exploração dos estabelecimentos de alojamento local (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto)”.
- Projeto de Lei n.º 786/XIV/2.ª (IL) — “Diminui o coeficiente do Alojamento Local (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)”.
- Projeto de Lei n.º 788/XIV/2.ª (CDS-PP) — “Elimina o aumento de impostos no alojamento local”.

O Senhor Vice-Presidente informou que baixou à Comissão a Proposta de Lei n.º 83/XIV/2 (GOV) — “Aprova a Lei das Comunicações Eletrónicas e transpõe a Diretiva (UE) 2018/1972, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas” e que a nomeação de Deputado Relator cabe ao GP PSD. O Sr. Deputado Jorge Salgueiro Mendes (PSD) informou que, posteriormente, seria dada a indicação da nomeação do Deputado Relator.

O Senhor Vice-Presidente informou que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 1191/XIV/2.ª (PCP) – “Aproveitamento do Aeroporto de Beja nas suas diversas dimensões e potencialidades”.

De seguida o Senhor Vice-Presidente deu conta da necessidade de revisão da metodologia a aplicar na discussão em especialidade dos PJR, bem como da intenção manifestada pelo GP PS de apreciação do texto final referente aos seguintes Projetos de Resolução:

n.º 965/XIV/2.ª (PSD) – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte”

n.º 957/XIV/2.ª (BE) – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”

n.º 1001/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

De imediato, o Senhor Deputado Hugo Costa (PS) afirmou que a votação na especialidade de textos sobre o mesmo tema visa que tenhamos resoluções da Assembleia que não tenham várias vezes os mesmos objetivos. Acerca dos PJR em apreço considerou não parecer que o texto final em causa seja dignificante para esta Comissão e para a Assembleia da República, a título de exemplo observou que em dois pontos do texto final a estação do Entroncamento sofre melhorias. Igualmente, demonstrou disponibilidade para consensualizar um texto final a apresentar à Comissão, tendo de imediato a Deputada Isabel Pires (BE) acompanhado a intenção de colaboração na harmonização do texto.

Sobre a discussão em especialidade dos PJR, os Senhores Deputados dialogaram, foram apresentadas diversas hipóteses metodológicas a aplicar, nomeadamente a posterior harmonização dos textos após a votação na especialidade e a necessidade do respetivo consenso em Comissão, como também a aplicação de forma subsidiária da metodologia de votação aplicável às iniciativas legislativas aos projetos de resolução, por fim o Senhor Vice-Presidente indicou a próxima reunião ordinária para fechar o assunto em debate.

Por fim, o Senhor Vice-Presidente deu conta dos agendamentos previstos em Comissão, recordou as audições regimentais já agendadas, e procedeu a calendarização das audições para os dias 4 e 11 de maio, com idêntica grelha de tempos aplicável nas audições várias sobre o aeroporto na BA6/Montijo, definidas no requerimento aprovado e apresentado pelo BE para “audição, com caráter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018”.

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.^a SL

Palácio de São Bento, 16 de abril de 2021.

O PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 113/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Jamila Madeira (PS)
Pedro Coimbra (PS)
António Topa (PSD)
Carlos Silva (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Filipa Roseta (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
José Luís Ferreira (PEV)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
José Rui Cruz (PS)
Ricardo Leão (PS)
Cristóvão Norte (PSD)
João Pinho De Almeida (CDS-PP)
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Fazenda (PS)